



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

EDITAL

TOMADA DE PREÇO 008/2013

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, através do GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇO** do tipo **MENOR PREÇO**, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes nº 01 - (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) e nº 02 - (PROPOSTA DE PREÇO) até às **13:30 hs** do dia **01/08/2013** no Gabinete de Compras e Licitações Públicas - GABEX, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 458 - Centro , onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa prestadora de serviços para os serviços de limpeza do Balneário Cassino, orla marítima e cordão de dunas:

1.1.1. Os serviços deverão ser prestados junto a Secretaria de Município do Cassino, sito a Rua Fernando Freire nº412, Bairro Cassino, Nesta.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da Licitação todas as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta Tomada de Preço, que atenderem às exigências deste Edital.

2.2. Será vedada a participação de empresas, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2. Sob Processo de Concordata ou Falência.

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos Descentralizados.

2.2.4. Reunidas em consórcio.



**Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

2.2.5. Enquadradas nas disposições do Art. 09, da Lei Federal Nº 8.666/93.

2.2.6. Sejam constituídas em Cooperativas de trabalho, nos termo de compromisso de ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e o Município de Rio Grande.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser apresentadas em dois invólucros, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A documentação de habilitação será apresentada em 01 (uma) via e a proposta também em 01 (uma) via original, na data, hora e local indicados no aviso deste Edital, os interessados apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos - GABEX, situado na Rua Marechal Floriano Peixoto, 458 - Centro, com os seguintes dizeres:

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 01: TOMADA DE PREÇO 008/13
PARA SERVIÇOS DE SERVENTE
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:**

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 02: TOMADA DE PREÇO 008/13
PARA SERVIÇOS DE SERVENTE
PROPOSTA DE PREÇO.
PROPONENTE:**

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (envelope nº 01)

Obs: A empresa participante deverá ter suas notas fiscais emitidas com o CNPJ igual ao apresentado na documentação e proposta encaminhadas para o processo licitatório.

4.1. Certificado de Registro Cadastral emitido por esta Prefeitura, desde que atenda às exigências da Lei Federal Nº 8.666/93.

4.1.1. O Certificado de Registro Cadastral (CRC) deverá estar com toda a documentação em dia, não se permitindo apresentação dos mesmos na data e hora marcados para abertura da Documentação de Habilitação.

4.1.2. O prazo para efetivar Cadastro ou atualizar o mesmo será de 03 (três) dias úteis anteriores à data marcada para a abertura dos envelopes.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

4.2. Declaração de superveniência de fato impeditivo a contar da data da emissão do Certificado de Registro Cadastral.

4.3. Declaração passada por uma pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove estar a empresa, com aptidão para desempenho de atividade pertinente de acordo com os serviços e equipamentos utilizados e compatíveis com o presente edital.

4.4. Declaração emitida pela proponente, na qual tem pleno conhecimento de todos os serviços licitados, em papel timbrado da empresa e assinado por pessoa autorizada.

4.5. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos

5. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA EFETIVAR CRC – CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.1.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL

5.2.1. Alvará de localização e funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal da Jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante.

5.2.2. Certidão de Inexistência de Débito para com o Sistema de Seguridade Social (CND);

5.2.3. Certificado de Regularidade com o FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

5.2.4. Prova de Regularidade (quitação) com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, na jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

5.2.5. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180(cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

5.2.6. Cópia de Declaração de Enquadramento ou Certidão Simplificada em Micro pela Junta Comercial, ou Declaração Simplificada de Pessoa Jurídica fornecida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, caso se tratar de ME ou EPP.

5.2.7. Caso não utilizada a faculdade prevista no subitem 5.2.6, a empresa não ficará desclassificada, mas será considerado que a licitante optou por renunciar aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006.

5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO - FINANCEIRA

5.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta

5.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação das propostas, tomando como base a variação ocorrida no período, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

5.3.2.1. Se necessária a atualização do balanço deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado por contador habilitado ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

5.3.2.2. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Sociedades Anônimas, observada as exceções legais, a sociedade deverá apresentar as publicações do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis na Imprensa Oficial, bem como a Ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial respectiva;

b) Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (LTDA), Termo de Abertura e cópias legíveis e autenticadas das páginas do Diário Geral onde os mesmos foram transcritos com as devidas Notas Explicativas e Termo de Encerramento, assinados por técnico ou contador responsável e por seus sócios, registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, conforme determina a legislação vigente que regula esta matéria;



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

5.4. AUTENTICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE

5.4.1.. A documentação exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia **a ser autenticada** pela Comissão julgadora da Licitação ou Funcionário designado pela Gerência de Compras e Licitações Públicas, mediante a apresentação do documento original.

5.4.2. Estão isentos da exigência contida neste item os documentos emitidos através da Internet, os quais terão sua validade verificada *online* pelos membros da Comissão.

5.4.3. Os documentos que dependerem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em Lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura dos invólucros.

5.5. DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

5.5.1. Com base nos Artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/06 fica esclarecido que a ME ou EPP deve apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

5.5.2. A ME ou EPP que apresentar documentos com restrições conforme Item 5.5.1., terá assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período à critério da Administração Pública para a regularização dos mesmos, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006 Art 43, § 1º e § 2º)

5.5.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 5.5.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação (Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/2006 Art 43, § 1º e § 2º)

6. DA PROPOSTA (envelope nº 02)

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

6.1. Carta proposta comercial em moeda corrente nacional, **do preço mensal e total** para prestação dos serviços, conforme **Anexo I**. No referido preço total já deverão estar incluídos eventuais vantagens, e/ou abatimentos, tributos e demais encargos, inclusive os relativos a transporte, quando for o caso, materiais e equipamentos.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

6.2. Junto com a carta proposta comercial deverá constar planilha conforme **ANEXO III**, onde fique claro o valor referente à mão de obra e encargos sociais MONTANTE A e demais custos componentes de preço MONTANTE B.

6.3. Deverá acompanhar a Proposta Declaração indicando o responsável técnico e/ou preposto que representará a empresa durante a vigência do contrato.

6.3.1. A Declaração que se refere o Item 6.3. deverá conter: Nome completo do indicado sem abreviaturas, nº da Cédula de Identidade, nº CPF, assinatura do responsável legalmente habilitado, Carimbo da empresa com CNPJ e data.

6.4. Declaração de que o preço proposto compreende todos os serviços, manutenção dos serviços, equipamentos de proteção (EPI), fardamentos, luvas, encargos sociais, trabalhistas, vale transporte e demais encargos necessários a sua completa realização.

6.5. Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua abertura.

6.6. Serão desconsideradas as propostas que forem manifestamente inexeqüíveis, presumindo-se como tal, aquelas que contiverem preços unitários vis ou excessivos.

6.7. A proposta deverá conter ainda:

- a) categorias profissionais que compõem o quadro de pessoal exigido para o serviço a contratar;
- b) valor da remuneração prevista pelo proponente, por categoria profissional, remuneração esta que englobará salário, horas-extras, outros adicionais previstos na C.L.T. e encargos previdenciários;
- c) valor do último dissídio da categoria para base da proposta apresentada.

6.8. A não apresentação das propostas financeiras na forma como determina o item 5.1. implicará na desclassificação da proposta ou propostas apresentadas.

6.9. Tendo em vista o art. 40, Inciso X da lei 8.666/93 o valor máximo é de R\$ 282.000,00 (duzentos e oitenta e dois mil reais) para um período de 06 (seis) meses para um total de 20 (vinte) serventes, irrevogável

7. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO, DO DESEMPATE, RECURSOS ADMINISTRATIVOS E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. DO RECEBIMENTO

7.1.1. O invólucro, na forma deste Edital, será recebido até às **13:30 hs** do dia **01 de agosto de 2013** na Gerência de Compras, Licitações e Contratos - GABEX, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto nº. 458 - Centro, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

7.2. DA ABERTURA

7.2.1. A **abertura** das propostas será realizada às **14:00 hs** no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

7.2.2. É facultativa a presença de representante das firmas, caso se faça presente, o mesmo deverá se apresentar devidamente credenciado e identificado, para o processo de abertura dos envelopes.

7.2.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o representante credenciado e identificado de cada uma das licitantes terá o direito a manifestação.

7.2.3. Se todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para as Licitantes apresentarem outras propostas.

7.2.4. De cada sessão pública será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

7.2.5. Os recursos serão dirigidos a Autoridade Superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, na forma e nos prazos previstos pelas disposições legais pertinentes e deverão ser protocolados no Gabinete de Compras e Licitações Públicas, visando sua juntada ao processo de licitação.

7.3. DO JULGAMENTO

A Tomada de Preço será julgada pela Comissão Julgadora da Licitação da seguinte forma:

7.3.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 - DOCUMENTAÇÃO.

7.3.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 - PROPOSTA.

7.3.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do licitante.

7.3.4. A escolha da proposta vencedora será para o **menor preço global**, na forma do sub-item 5.1.

7.4. DO DESEMPATE



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

7.4.1. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as MEs e EPPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas mesmas sejam iguais ou até 10% superiores ao melhor preço e desde que a melhor preço não seja de uma ME ou EPP.

7.4.2. Ocorrendo o empate proceder-se-á da seguinte forma:

a) A ME ou EPP mais bem classificada será comunicada via contato telefônico pela Comissão Julgadora do certame sobre o empate, e poderá apresentar proposta de preço inferior aquela considerada vencedora. Será solicitado na ocasião um termo de intenção de desempate via fax ou e-mail já com os novos valores a serem ofertados.

b) A ME ou EPP beneficiada pelo regime diferenciado que lhe faculta a Lei Complementar 123/2006, descrito na alínea “a”, terá o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentar nova proposta em papel timbrado, de forma clara e precisa, não podendo ser manuscrita, nem conter rasuras ou entrelinhas, assinada pelo licitante ou seu representante legal, devidamente identificado. O não cumprimento deste Item pode acarretar desclassificação.

7.4.3. No caso de empate real dos valores apresentados pelas MES e EPPs que se encontrem enquadradas no Item 7.4.1., será realizado sorteio, em ato público entre elas para definir aquela que primeiro poderá apresentar melhor proposta.

7.4.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora da licitação, após verificação dos documentos de habilitação.

7.4.5. No caso de empate entre duas ou mais propostas, e não for o caso de utilização da preferência do item 7.4.1., a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todas as licitantes envolvidas serão comunicadas.

7.4.6. A ME ou EPP só poderá fazer uso do regime diferenciado que lhe faculta a Lei Complementar 123/06 se previamente habilitada como tal na fase de HABILITAÇÃO.

7.4.7. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes a respeito de suas decisões.

7.5. DA HOMOLOGAÇÃO

7.5.1. A comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá ao julgamento, recomendará vencedora a firma que ofertar o **menor preço global**, encaminhando o processo à Autoridade competente para homologar e adjudicar o certame.

7.5.1.1. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no sub-item 5.3, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

7.5.1.2. É facultada a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7.6. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.6.1. Qualquer cidadão é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este Edital, desde que encaminhada com antecedência de até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes de Habilitação e Propostas Financeiras, no horário de atendimento do protocolo geral do Gabinete de Compras e Licitações Públicas do Rio Grande, no horário da 13:00h às 17:30h;

7.6.2. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital de licitação perante a Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de Habilitação;

7.6.3. Das decisões da Comissão Especial de Licitação caberá recurso, por escrito e devidamente fundamentado dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, nos prazos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, devendo o mesmo ser protocolado Gabinete de Compras e Licitações Públicas do Rio Grande, com observância do horário acima mencionado;

7.6.4. Os recursos das decisões referentes à habilitação ou inabilitação da licitante e julgamento das propostas terão efeito suspensivo;

7.6.5. Os recursos preclusos ou interpostos fora do prazo não serão apreciados pela Comissão Especial de Licitação;

7.6.6. Recebido o recurso, a Comissão poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, no mesmo prazo submeter o recurso, devidamente instruído, à autoridade competente, que decidirá em 05 (cinco) dias úteis, contados de seu recebimento;

7.6.7. A licitante que injustificadamente e sem fundamentação recorrer da decisão da Comissão Especial de Licitação, fica ciente que em sendo seu pleito indeferido, poderá responder pelos danos causados à Administração Pública pela sua ação procrastinatória;

8. DOS PRAZOS E REAJUSTE

8.1. A vigência do Contrato resultante do presente Processo Licitatório será de 06 (seis) meses a contar da assinatura da ordem de início dos serviços podendo ser renovado mediante termo aditivo até atingir o prazo máximo previsto em lei (fundamento: artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94)..



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

8.2. Os serviços deverão ser totalmente implantados no prazo máximo de 07 (sete) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato e respectiva ordem de início do serviço.

8.3. A adjudicatária será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data de recebimento da convocação, assinar o Termo de Contrato, atendidas as seguintes exigências:

8.3.1. Indicar o preposto que representará a empresa durante a execução dos serviços.

8.4. Havendo recusa da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, é facultado a Administração convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e condições.

8.5. O início da execução dos trabalhos será contado a partir da data de expedição da "Ordem de Início dos Serviços", pela Secretaria Municipal do Cassino – SMC

8.5.1. O prazo contratual será contado a partir da data de expedição da "Ordem de Início do Serviço", na forma prevista no sub-item 8.5.

8.6. As alterações contratuais obedecerão a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.7. As medições naquilo que couber serão executadas diariamente.

8.8. O prazo para pagamento das medições será de 05 (cinco) dias úteis, da apresentação da fatura dos serviços executados mensalmente.

9. DA GARANTIA

9.1. Por ocasião da assinatura do contrato a proponente deverá apresentar garantia, equivalente a 5 % (cinco por cento) do valor global por contrato junto à Tesouraria Municipal da Fazenda deste Município, conforme Lei nº. 8.666/93, em seu Art. 56, Parágrafo 1º.

9.2. A Garantia será liberada por ocasião do término, do contrato, satisfeitas às exigências contratuais.

9.3. No caso da garantia ser em moeda corrente, a mesma será aplicada em conta remunerada.

9.4. Em caso de infração contratual ensejado pela contratada, a Garantia descrita no item 8.1., reverterá aos cofres do município.

10. DO PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

10.1. O prazo para pagamento das faturas será de 05 (cinco) dias úteis, da apresentação das mesmas, mensalmente, irrecorríveis, após atestado expedido pela SMC, quanto ao fiel cumprimento das obrigações, sem o qual não será efetuado qualquer pagamento.

10.1.1. Liberação dos Pagamentos: O pagamento das parcelas somente será efetuado mediante apresentação de:

a) comprovação de quitação de pagamento referente a salários e encargos sociais, tais como INSS e FGTS.

b) cópia dos recibos de entrega dos vales transportes, dos vales alimentação, dos uniformes e de outros benefícios estipulados na Convenção Coletiva de Trabalho.

c) cópia dos pagamentos de férias, e, no caso de empregados demitidos, das verbas rescisórias, perante a Secretaria de Município do Cassino - SMC

d) a última parcela somente será liberada após o recebimento dos serviços pela Fiscalização da SMC

10.1.2. Esses documentos poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da SMC.

10.1.1.2. As faturas expedidas serão o resultante dos serviços executados no espaço de 30 (trinta) dias, apurados pela fiscalização da SMC e por esta recebido.

10.2. As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

16.	Secretaria de Município do Cassino
16.02.	Complexo Técnico
16.02.15.	Urbanismo
16.02.15. 452.	Serviços urbanos
16.02.15. 452. 0155.	Urbanismo
16.02.15. 452. 0155.2916.	Manutenção da Unidade de Planejamento Obras e Urbanismo
Cód. Reduzido 1368.	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica

11. DA RESCISÃO

11.1. A falência provocará a rescisão de pleno direito do contrato, como também a declaração judicial de insolvência e abertura do concurso de credores.

11.1.1. A ausência de comprovação mensal da regularidade nos pagamentos dos encargos trabalhistas, sociais, impostos municipais e taxas, implicarão em imediata suspensão do contrato.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

11.2. Outrossim, constituirão motivos para rescisão dos contratos:

11.2.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais.

11.2.2. A paralisação dos serviços sem justa causa e sem prévia comunicação à Prefeitura.

12. DAS PENALIDADES

12.1. Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, a saber:

a) multa administrativa equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo de 02 (dois) anos.

12.2. A contratada ainda estará sujeita independentemente de advertência e/ou interpelação judicial ou extrajudicial às seguintes multas:

12.2.1. Pela falta de limpeza completa, multas no valor equivalente ao preço de serviços de limpeza e conservação de 10 (dez) dias de trabalho.

12.2.2. Emprego de mão-de-obra sem uniformes, falta de material, reclamação contra falta de educação da equipe, uso de bebidas alcoólicas em serviço, será aplicada multa equivalente ao preço de serviço de limpeza de 10(dez) dias de trabalho.

13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

13.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1.1. Obter todas as licenças e franquias;

13.1.2. Pagamento de emolumentos prescritos em Lei e observação de todas as posturas referentes ao serviço;

13.1.3. Despesas decorrentes de Leis trabalhistas e que digam respeito ao serviço contratado;

12.1.4. Custear todas as despesas, tais como: materiais, equipamentos, materiais de segurança, uniformes, acessórios e toda mão-de-obra necessária a execução do serviço.

13.1.5. A contratada, na vigência do contrato, será a única responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal e pelo uso dos equipamentos, excluída a Municipalidade de quaisquer reclamações e indenizações. Serão de sua inteira responsabilidade todos os seguros necessários, inclusive os relativos à



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de todos os danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros.

13.1.6 A contratada deverá apresentar atestado de antecedentes civil e criminal de toda mão-de-obra que irá atuar nas instalações das Secretarias.

13.1.6.1. A fiscalização quanto ao cumprimento do item 12.1.6. ficará a cargo da Secretaria onde o funcionário estará atuante.

13.7. A CONTRATADA deverá efetuar a substituição imediata de todo e qualquer funcionário faltoso, com falta justificada ou não, não cabendo à CONTRATANTE promover dispensas, saídas e ou afastamentos durante o turno.

13. 2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

13.2.1. Cabe a Contratante a fiscalização e o pagamento pelas obrigações por ela assumidas.

13.2.2. Fornecer em tempo hábil toda e qualquer informação referente ao bom desempenho dos serviços.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. O presente Edital deverá ser retirado e ou solicitado na Gerência de Compras, Licitações e Contratos - GABEX, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto nº. 458 – Centro, Nesta.

14.1.1. Fazem parte integrante deste Edital de Licitação:

- Anexo I – Modelo de Proposta
- Anexo II – Projeto básico
- Anexo III - Planilha de Custo Mensal
- Anexo IV - Minuta de Contrato

14.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas na Gerência de Compras, Licitações e Contratos - GABEX, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto nº. 458 - Centro, Nesta, até 24 horas imediatamente anteriores àquela marcada para a entrega do envelope contendo documentos de habilitação e proposta de preço.

14.3. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

14.4. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.



Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos

14.5. Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei Federal Nº 8.666/93 e demais legislação em vigor.

Rio Grande, 01 de julho de 2013.

Jeferson Alonso dos Santos
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos